

PDR 2007/2013 – Orientações Estratégicas para o Algarve

Pedro Monteiro
Direcção Regional de Agricultura do Algarve

As políticas públicas no domínio da agricultura e do desenvolvimento rural devem dar corpo, no próximo período de programação 2007-2013, o último a beneficiar de forma tão generosa dos fluxos financeiros via UE, a uma visão objectiva do que se pretende para o futuro dos operadores económicos, das fileiras agro-alimentares e dos territórios rurais do Algarve. O desafio que se coloca aos agentes públicos e privados regionais reside essencialmente em três vectores: geração de mais valor, desta forma ultrapassando a situação de estagnação do produto agrícola teimosamente verificada nas últimas décadas; compatibilização de crescimento económico com desenvolvimento social em condições ambientalmente sustentadas; resposta eficaz a determinados problemas estruturais graves de que a região enferma. Referimo-nos concretamente:

- Às insuficiências técnicas, de organização/dimensão e logísticas que persistem ao nível das mais representativas fileiras regionais, afectando a sua competitividade e dificultando o acesso a novos mercados;
- Às profundas assimetrias territoriais que afectam a Região, com reflexo nos graves problemas de desertificação do interior que lhe assistem e que constituem indubitavelmente uma das causas por detrás do flagelo, infelizmente ainda recente, dos incêndios florestais;
- Ao subaproveitamento crónico do efeito de alavancagem possível de induzir pelo núcleo de actividades ligadas ao turismo, que se tem revelado impotente para conseguir uma saudável diversificação da base económica regional;
- À elevada percentagem do território rural algarvio sujeito a algum tipo de restrição, decorrente da preservação da biodiversidade (v.g. Rede Natura 2000, condicionantes REN, etc...), a qual obriga a um exercício muito cuidadoso na forma como se articula a observância desses condicionalismos em paralelo com as legítimas aspirações das populações locais, a quem têm de ser concedidas condições de vida adequadas e o exercício de actividades rentáveis;
- Aos problemas das áreas de maior debilidade, leia-se espaços rurais, que não se resolvem com um mero ordenamento baseado na dinamização dos espaços de proximidade à volta dos aglomerados. É necessário reequacionar o modelo de desenvolvimento destas áreas, de modo a criar condições de atractividade socioeconómica, que travem o êxodo populacional e estimulem a base económica local e o surgimento de novos negócios;

Essa visão do Algarve rural terá de nortear a formulação das orientações estratégicas a prosseguir; para a atingir, devem estabelecer-se medidas de intervenção concretas, monitorizáveis através de metas e indicadores regionalizados, que não só apontem para o caminho a seguir, mas que acima de tudo responsabilizem os vários intervenientes pelo seu trilhar. Face à especificidade das diversas fileiras e sub-fileiras, bem como dos vários territórios em presença, com características e problemas próprios, mas também pontos fortes que interessa potenciar e oportunidades por explorar, torna-se necessário que as

mesmas sejam operacionalizadas por via de um *mix* adequado de intervenções de índole sectorial, dirigidas ao reforço da competitividade para o *agribusiness* das fileiras e empresas do complexo agro-florestal, assentes em critérios de selectividade, eficiência e eficácia, em paralelo com a promoção de estratégias horizontais, de base territorial, orientadas para a renovação, qualificação e valorização dos recursos existentes.

A RECONQUISTA DO ESPAÇO RURAL Ilusões, Confusões, Realidades, Concepções

Gerhard Zabel – Engenheiro Agrônomo, PhD

Quinta da Figueirinha, 8300-028 SILVES¹
qdf@qdf.pt

A presente comunicação pretende incidir, de modo sintético e, tanto quanto possível, integrado, num conjunto de tópicos de carácter teórico que envolvem a condição da ruralidade em Portugal e as preocupações de futuro sobre a mesma.

Esses tópicos, na qualidade de aspectos que suscitam reflexão em diferentes domínios disciplinares, mas também numa certa adisciplinaridade sistémica, podem arrumar-se nos domínios do sócio-territorial e do rural.

Por um lado, adoptaríamos como enquadramento global a problemática do maniqueísmo Megalópolis versus Desertificação humana, propondo a racionalidade de formas intermédias de estruturação territorial. Nesse contexto, algumas questões caras ao (des)ordenamento se colocam. Pensando em Portugal Continental, problematiza-se a “fuga” da população para a costa, favorecendo a transformação do “Portugal rectangular” num “Portugal em L”, ao mesmo tempo que, noutras escalas, temos “espaços sem núcleos” – nem campo, nem cidade – com o trabalhar “no centro” e o “viver periférico”.

Estas questões de funcionalidade territorial obrigam a (re)pensar, de modo cimeiro, a correcta utilização do progresso tecnológico e o papel dos transportes e das telecomunicações.

Do ponto de vista do “rural”, aponta-se o enfraquecimento sistemático do “seu espaço”, correlativo do afastamento dos “verdadeiros donos do campo” e do comportamento confuso da Sociedade de Consumo, o que leva a questionar a existência de um futuro para as diversas “Ruralidades”. O caso da agricultura implica considerar o seu papel, com uma certa leitura do complexo agro-sociológico e das opções pela especialização e/ou pela diversificação.

Por fim, articulando estas questões com a necessidade de responder à compreensível busca da qualidade da vida, em particular de quem sonha com a tranquilidade e o “regresso à natureza”, concebem-se algumas sugestões / soluções para a Reconquista Sustentável do Espaço Rural.

¹ Tel.: 282 440 700 Fax: 282 440 709. Homepage: www.qdf.pt

A Formação de Jovens Agricultores e a Construção da Escola do Campo no Brasil. Avanços, contradições e perspectivas do Projeto da Casa Familiar Rural

Lourdes Helena da Silva* e João Batista Pereira de Queiroz**

* Universidade Federal de Viçosa
lhelva@ufv.br

** Universidade Católica de Brasília
j.queiroz@uol.com.br

Palavras-chave: Formação de Jovens Agricultores, Centros Familiares de Formação por Alternância, Escola e Desenvolvimento Local.

Nos últimos 15 anos, na sociedade brasileira, têm ocorrido diversas iniciativas em que os diferentes segmentos de agricultores familiares, mobilizados em suas organizações e movimentos sociais, têm enfrentado outras classes e o Estado, na luta pela realização da reforma agrária, da instituição de políticas públicas específicas, da liberação do crédito diferenciado para investimentos e custeio, da geração e de uma assistência técnica direcionada para tecnologias alternativas, etc. No contexto dessas lutas, que revelam a presença de uma nova lógica de desenvolvimento do campo, têm emergido também as reivindicações por programas e investimentos na qualificação profissional dos agricultores, como estratégia de agilizar as potencialidades produtivas da agricultura familiar, minimizando sua dependência de fatores externos. Neste cenário, as experiências das Casas Familiares Rurais, um dos Centros Familiares de Formação por Alternância mais expressivos na sociedade brasileira, têm se apresentado como iniciativas promissoras que, dotada de um projeto político-pedagógico original que, ao contemplar uma formação humana e técnica para o desenvolvimento territorial, têm contribuído para o empoderamento progressivo da população do campo nos níveis local e regional. No presente trabalho, buscamos apresentar os princípios orientadores da proposta educativa das Casas Familiares Rurais. Buscamos, ainda, a partir das representações sociais dos diversos atores sociais – agricultores familiares, monitores, alunos e lideranças comunitárias, implicados na dinâmica de formação da Casa Familiar Rural de Quilombo, localizada no estado de Santa Catarina, identificar e analisar algumas das contribuições, impactos e contradições deste projeto educativo para o desenvolvimento do mundo rural. Os dados e as análises são oriundos da pesquisa “Alternância ou Alternâncias: As Experiências Brasileiras de Formação de Jovens Agricultores” que, utilizando de fontes documentais, questionários e entrevistas, buscou analisar a relação escola-família em dois CEFFAs brasileiros - Casas Familiares Rurais e Escolas Família Agrícola-, de maneira a identificar as modalidades de alternância que vem sendo construída na sociedade brasileira.

Formação em alternância e Desenvolvimento Rural no Brasil. As contribuições das escolas-famílias agrícolas

João Batista Pereira de Queiroz * e Lourdes Helena da Silva**

* Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil
j.queiroz@uol.com.br

** Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil
Depto de Educação, Sala 222
Campus da UFV, Viçosa-MG/BRASIL
lhsilva@ufv.br

Palavras-chave: *Pedagogia da Alternância, Escola Família Agrícola, Desenvolvimneto Rural.*

O processo de modernização da agricultura brasileira teve como conseqüência o agravamento das condições de vida dos camponeses e ao mesmo tempo intensificou a organização e a mobilização pela permanência e pela conquista da terra, bem como pela conquista de direitos fundamentais. Entres estes está a Educação. Assim várias iniciativas e alternativas estão sendo construídas de Educação do Campo. Uma destas alternativas, em curso no Brasil há mais ou menos trinta e oito anos, se trata dos Centros Educativos que trabalham com a Pedagogia da Alternância. Dentre estes se destaca as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Neste texto apresenta-se o resultado de uma pesquisa realizada com os(as) egressos(as) das Escolas Famílias Agrícolas de Ensino Médio e Educação Profissional, organizado em três temas: caracterização dos(as) egressos(as), avanços e desafios. Considerando que existem poucas pesquisas sobre os Centros que assumiram a Pedagogia da Alternância no Brasil e menos ainda sobre os(as) egressos(as) destes Centros, este trabalho é relevante por evidenciar a importância da Educação na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável e, especificamente, a contribuição das Escolas Famílias Agrícolas na construção da Educação do Campo no Brasil.

As associações: uma alavanca para o desenvolvimento local

António Maria Ferreira Cardoso, ESA, IPVC (Viana do Castelo)

antoniocardoso@esa.ipvc.pt

Num mundo cada vez mais globalizado e regulado não só por instâncias nacionais estatais mas também por entidades supra-estatais e corporações transnacionais, podemos questionar qual o espaço e a eficiência das cooperativas, associações e movimentos em torno do desenvolvimento local. Mais, importa saber em que medida, tais entidades, ao potenciar os recursos endógenos e, eventualmente, ao captar recursos exógenos, representam formas de desenvolvimento das comunidades em contexto local, designadamente rural.

Tendo presente esta questão, foi seleccionado como estudo de caso o concelho de Barcelos, para o que é feita uma caracterização das diversas formas associativas, identificando para tal a sua natureza jurídica, as suas especificidades, diversidades e multifuncionalidades. Neste quadro damos conta dos resultados de um inquérito e de entrevistas mais aprofundadas levadas a cabo junto de actores individuais e colectivos pertencentes a organizações institucionais e não institucionais, nomeadamente juntas de freguesia, associações sem fins lucrativos e organizações de solidariedade social mais conhecidas vulgarmente por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), para além de outras mais de carácter recreativa e desportiva a nível de freguesia. Esta caracterização permitir-nos-á fornecer um retrato em termos descritivos e, na medida do possível, interpretativos e analíticos, do estado da situação e, em especial, das percepções e representações dos seus responsáveis sobre as necessidades, os problemas e as aspirações, quer dos seus associados, quer dos utentes, destinatários ou beneficiários, suas funções e actividades consoante o respectivo tipo de entidade do ponto de vista jurídico-político e social.

A nível de poder local, para além do papel mais proeminente da Câmara, é a Junta de freguesia a entidade que é incumbida da defesa dos interesses e da resolução de problemas relativos a infraestruturas, equipamentos sociais e culturais, para além de outras funções de atendimento mais personalizado aos cidadãos residentes na freguesia. Porém, concluiu-se que as associações e demais entidades intermédias, para além de aproveitamentos particularistas, comportam dinâmicas locais de desenvolvimento em favor das populações.

O Programa LEADER no Alentejo Sudoeste – balanço e prospectiva

Isabel Benedito* e David Merritt Marques**

* Esdime – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste
Vice-Presidente da Direcção/ Coordenadora do GAL LEADER+
Rua do Engenho, 10, 7600-337 Messejana
e-mail: isabel.benedito@esdime.pt

** Esdime - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste
Presidente da Direcção
Rua do Engenho, 10, 7600-337 Messejana
e-mail: david.marques@esdime.pt

Palavras-chave: Parcerias, Estratégia Territorial, Qualificação, Organizações, Alentejo Sudoeste.

A relação da intervenção da Esdime enquanto agência de desenvolvimento local com os instrumentos de desenvolvimento rural, em particular o LEADER, remonta ao segundo Quadro comunitário de apoio. A prioridade central do Programa LEADER II gerido no território do Alentejo Sudoeste passou pela aposta forte e diversificada no reforço e melhoria dos recursos humanos e das organizações. Em 2001, e num quadro de evolução territorial, a aposta do LEADER+ assentou na promoção e no reforço das componentes organizativas e das competências da zona de intervenção. A estratégia inerente a estes dois períodos de programação foi construída e concebida a partir da leitura do quadro institucional existente e implementa-se em duas dimensões essenciais: a qualificação das organizações através do financiamento de projectos concretos e a capacitação das mesmas por via do seu envolvimento efectivo nas responsabilidades de gestão. A construção e o aprofundamento de uma parceria de gestão é uma das facetas mais visíveis dos 10 anos de LEADER no Alentejo Sudoeste. No momento em que se prepara novo quadro de programação velhos desafios se aprofundam e novos desafios se abraçam. Entre estes últimos destaque para o reforço da dinâmica e da sustentabilidade do tecido empresarial.

A dinâmica de execução do LEADER + no Alentejo Central

Marta Alter
Coordenadora do GAL Monte
Economista
Mestre em Planeamento Regional e Urbano

A avaliação dos resultados é uma prática constante e pedagógica nos processos de desenvolvimento. Num programa como o Leader cuja dinamização é feita localmente, as equipas técnicas têm um conhecimento muito próximo dos promotores e dos respectivos projectos; por outro lado os mecanismos de gestão do programa evidenciam rapidamente os dados ditos de natureza mais quantitativa, facilitando, ambas as perspectivas, todo o processo de avaliação dos resultados.

A comunicação tem por objectivo principal divulgar os resultados de avaliação da execução do Leader + no território do Alentejo Central; com este processo pretende-se ir para além das verificações de ordem mais quantitativa que sendo importantes, não deixam no entanto de ser uma parte dos impactos derivados da execução de um plano de desenvolvimento local.

Na elaboração do presente trabalho de avaliação foram tomadas as seguintes decisões: (1) considerar para efeitos de análise da dinâmica de execução e de avaliação, os dados relativos aos projectos aprovados até 31.12.2006, ou seja, quando ainda estava a decorrer a fase de aprovação do programa; (2) uma vez que o trabalho desenvolvido foi feito sem recurso a equipas externas, excluiu-se da análise os dados relativos à avaliação do GAL do Monte, designadamente em termos de volume de investimento, criação de emprego, impactos em termos de género e dinamização de acções na área do ambiente; (3) dada a estrutura nacional do programa Leader, a avaliação centrou-se no chamado *Vector 1 - Estratégias territoriais de desenvolvimento rural, integradas e de carácter piloto*, excluindo assim os projectos de iniciativa do GAL do Monte desenvolvidas no âmbito do *Vector 2 - Apoio à cooperação entre territórios rurais*; (4) a avaliação dos resultados em termos de redes de cooperação e de complementaridade não é considerada no presente trabalho que desta forma acaba por não reflectir os impactos locais dos projectos de cooperação, nomeadamente para a rentabilização e reforço do tecido económico e social da região.

As considerações feitas ao longo do processo de avaliação, fornecem dados importantes sobre as características e dinâmicas locais da região do Alentejo Central, e sobretudo, evidenciam a importância da metodologia Leader na animação do desenvolvimento dos territórios rurais.

Ciência, tecnologia e desenvolvimento rural: desafios e oportunidades para o período 2007-2013

Pedro Silva Reis
L-INIA
Instituto Nacional de Recursos Biológicos
Rua Barata Salgueiro, 37-4º
1250-042 Lisboa
e-mail: pa.reis@iniap.min-agricultura.pt

Palavras-chave: Políticas de C&T; Desenvolvimento Rural

Na actual sociedade do conhecimento, a base científica, a partilha e difusão do conhecimento e a capacidade de aprendizagem são fundamentais para o crescimento económico e o bem-estar social num mundo cada vez mais globalizado e num contexto de aceleradas mudanças tecnológicas. O desenvolvimento rural não é alheio a esta realidade e a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico na área agro-rural enfrentam novos desafios num contexto de maior exigência e de grandes mudanças. Na primeira parte da comunicação propõe-se fazer uma síntese da fundamentação da intervenção pública na investigação agrária e as tendências e perspectivas futuras.

Tendo por base os resultados obtidos num estudo sobre o financiamento competitivo de actividades de investigação agrária e desenvolvimento tecnológico, propõe-se fazer um diagnóstico das estruturas, do funcionamento e das dinâmicas do sistema científico e tecnológico nacional. Salientam-se: elevada capacidade de mobilização da comunidade técnico-científica, formando equipas pluridisciplinares (4,1 equipas por projecto) e uma forte ligação ao tecido produtivo ($\frac{2}{3}$ das entidades participantes); as principais instituições nacionais de I&D (INIA, ISA, UTAD, UE e DRA) criaram pólos do conhecimento e agregaram uma grande diversidade de parceiros formando uma rede científica com sinergias institucionais-funcionais e dinâmicas regionais e temporais; os investigadores registaram uma resposta positiva às prioridades definidas nos concursos (reforço das linhas prioritárias) e houve uma elevada produção técnica e científica, formação de recursos humanos e divulgação pública, com grande difusão regional e internacional; a competição promoveu a qualidade da investigação (36,4% dos projectos com muito boa qualidade) que se reflectiu nos concursos seguintes.

Na terceira e última parte da comunicação, é feita uma apresentação dos principais desafios ao sistema científico e tecnológico face às avaliações realizadas às ciências agrárias em Portugal, às perspectivas de evolução dos sistemas europeus de investigação agrária e transferência tecnológica e às estratégias nacionais para o desenvolvimento rural e para a floresta, nomeadamente quanto à resposta a uma maior diversidade de grupos de interesse, à exploração de novas oportunidades e à sustentabilidade das actividades de C&T. Posteriormente, é feita uma exposição sobre a intervenção pública na investigação e desenvolvimento tecnológico no sector agro-rural, no tocante à organização das instituições, às estruturas de governação, aos mecanismos de financiamento e ao estabelecimento de prioridades.

Instrumentos de Desenvolvimento Rural no Algarve: “lições” do III QCA e sugestões para o QREN

Associação In Loco
inloco@mail.telepac.pt

Durante o 3º Quadro Comunitário de Apoio (2000- 2006), foram vários os instrumentos centrados em / ou mobilizáveis para apoiar a promoção do Desenvolvimento Rural.

A partir da experiência da Associação In loco, propomo-nos realizar um balanço crítico sobre esses instrumentos, bem como sobre a sua aplicação concreta, procurando analisar diversas dimensões, nomeadamente: adequação à realidade, modelo de acompanhamento e controlo, modelo de gestão financeira. Serão focadas, igualmente, as dificuldades decorrentes do quadro jurídico e institucional em que os projectos se desenrolam.

Partindo das limitações detectadas, apresentaremos um conjunto de sugestões que possibilitem ou favoreçam o aumento da eficácia e da eficiência da implementação do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O Conhecimento não cresce nas árvores. Os desafios da sociedade do conhecimento e o mundo rural em Portugal

Pedro Ferrão

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Univ. de Trás-os-Montes e Alto Douro.
pferrao@utad.pt

Elisabete Figueiredo

Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas – Universidade de Aveiro.
Elisa@ua.pt

A chamada *sociedade do conhecimento*, simultaneamente causa e consequência dos processos de globalização, pode ser caracterizada essencialmente pela aceleração dos processos de produção, disseminação, acesso e utilização da informação e do conhecimento. Caracteriza-se igualmente pelo elevado número de actividades produtivas que se encontram dependentes da gestão de fluxos internacionais de informação e de conhecimento, aliado a um uso intenso das tecnologias da informação e comunicação. Numa versão optimista, a *sociedade do conhecimento* tem sido apresentada como uma forma de evitar a exclusão social e económica, abrindo assim oportunidades e colocando desafios novos aos actores, sectores e territórios. Mas alguns estudos demonstram que os princípios e mecanismos da *sociedade do conhecimento*, designadamente as questões associadas às tecnologias da informação e da comunicação (TIC), têm contribuído para reforçar a exclusão de certas categorias e contextos sociais.

Em Portugal, assistimos a uma penetração do uso das TIC que, em termos globais, não é muito diferente das médias europeias. Há no entanto assimetrias regionais importantes, quer no acesso às infraestruturas, quer na própria utilização das tecnologias. Assim, a oferta em termos de infraestruturas encontra-se concentrada no litoral, sendo que, por exemplo, apenas 1,8% da população nas zonas rurais nacionais tem acesso próprio à internet por ADSL. Por outro lado, as áreas rurais portuguesas padecem de problemas antigos e persistentes, como perdas populacionais importantes, envelhecimento acentuado, elevados índices de analfabetismo e baixos níveis de escolaridade. Estas características contribuem para que a capacidade de empreendedorismo e as respostas aos desafios que a sociedade do conhecimento pode colocar sejam escassas. Em associação, as áreas rurais periféricas, que se tornaram periferias no período da modernidade e da expansão dos modelos de desenvolvimento de industrialização, enfrentam, pelas suas características e pelas características da própria *sociedade da informação*, também a ameaça de se tornarem periferias neste novo contexto. Nesta lógica, podemos dizer que as áreas rurais, sobretudo as mais *remotas*, farão parte do *quarto mundo de exclusão* de que fala Castells (1996) se não forem tidas em conta algumas questões, designadamente, as associadas às distâncias geográficas, políticas e sociais; às condições socioeconómicas e às necessidades locais de acesso e utilização das TIC.

Exemplos de iniciativas de outros países, no domínio da aplicação das TIC ao desenvolvimento rural, demonstram que estas (bem como outros princípios e mecanismos da *sociedade do conhecimento*) podem ter um papel importante nesse processo. No entanto, em Portugal, estas iniciativas não são abundantes. Tendo em conta todos os aspectos mencionados anteriormente, pretendemos neste trabalho debater os desafios e ameaças que a *sociedade do conhecimento* coloca às áreas rurais nacionais, bem como as suas potencialidades e constrangimentos para o desenvolvimento rural.

Desenvolvimento Territorial Rural: uma aplicação à Guatemala

José Miguel de Sousa Ferreira
 Consultor
 jos.ferreira@gmail.com

A experiência LEADER teve um impacto que ultrapassou os limites da própria União Europeia. O modelo desenvolvido pela iniciativa comunitária foi sendo adaptado ao desenvolvimento rural em vários continentes. Na América Latina o resultado dessa adaptação foi chamado de Desenvolvimento Territorial.

Este trabalho estabelece uma proposta de integração da abordagem do desenvolvimento territorial a um projeto de desenvolvimento rural promovido por ActionAid Guatemala e o Comitê de Unidade Campesina (CUC). Toma-se com ponto de partida o método de Diagnóstico Territorial Participado e Negociado (DTPN) proposto pela FAO, sem deixar de fora contribuições de abordagens ao desenvolvimento territorial, em especial aquelas que foram desenvolvidas e se encontram adaptadas à América Central.

Primeiro, o texto analisa as expectativas dos promotores em relação ao projeto, de acordo com a sua experiência passada e de acordo com as mudanças organizacionais que estão a acontecer naquelas duas organizações. Seguidamente, explicaremos as novidades na proposta de desenvolvimento territorial em relação à abordagem LEADER, tomando em conta não só a proposta de DTPN, mas também outras propostas de desenvolvimento territorial com influência na Guatemala.

A terceira parte deste texto é um breve diagnóstico dos actores do sistema territorial bem como do potencial de desenvolvimento do território onde decorre o projeto. A partir deste diagnóstico são feitas várias propostas de integração da dimensão territorial no projeto em análise. Usualmente, as estratégias de desenvolvimento territorial orientam-se por dois grandes eixos: uma *“transformação produtiva com o objetivo de articular de forma sustentável a economia do território a mercados dinâmicos”* e uma transformação institucional com o objetivo de *“aumentar as oportunidades para que a população pobre participe nesse processo e nos seus benefícios”*.

Na conclusão far-se-á uma análise sobre o valor acrescentado da abordagem de desenvolvimento territorial para satisfazer as expectativas dos promotores do projeto, tomando em conta as necessidades da Área de Desenvolvimento onde se insere o projeto e as mudanças organizacional-institucionais a que estas as duas organizações se propuseram.

16 Anos de Cooperação Transfronteiriça no âmbito do INTERREG-A (Um contributo para o desenvolvimento regional para a Raia Ibérica)

Eduardo Medeiros²
 Departamento de Geografia da FLUL
edd@fl.ul.pt

A sucessiva abolição das fronteiras internas nos Estados-Membros da União Europeia contribuiu para o surgimento de uma nova realidade territorial no espaço comunitário, que justificava medidas de intervenção específicas nas regiões fronteiriças, na sua maior parte com características típicas de territórios periféricos. Foi neste contexto, em que se reconheceu a especificidade das problemáticas sociais, económicas e territoriais destas regiões, que foi ‘lançada’, em 1990, a iniciativa comunitária INTERREG-A, vocacionada para o seu desenvolvimento, através da cooperação transfronteiriça.

Os bons resultados obtidos na aplicação dos programas aprovados na sua primeira geração (1990-1993), levaram à sua continuidade por mais duas gerações (1994-1999 e 2000-2006), tendo-se procedido, ao longo deste período de 16 anos, a importantes alterações nos eixos de intervenção, na quantidade e no cariz dos projectos aprovados, nas entidades gestoras dos projectos, na distribuição do financiamento pelas diferentes regiões e pelas várias dimensões do desenvolvimento regional, que se adequassem a novas territorialidades.

Este texto procura mostrar essa evolução, na região de fronteira entre Portugal e Espanha, que desde a primeira geração do INTERREG-A, tem sido a que mais fundos comunitários recebeu, no âmbito desta iniciativa comunitária, o que se justifica pelo fraco dinamismo socioeconómico e demográfico de uma grande parte desta faixa fronteiriça.

Palavras-chave: PIC INTERREG-A, Regiões de Fronteira, Cooperação Transfronteiriça.

² Doutorando em Geografia – Planeamento Regional e Local (Univ. Lisboa, FLUL).

Modelos Político-Ideológicos na condução das políticas agrárias brasileiras: uma análise do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e do Governo Lula

Ingrid Tatiany Ribeiro Gomes de Souza*

* Arquitecta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará

Gerente de Planeamento da Secretaria Executiva de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB)

Avenida Pedro Álvares Cabral, 7111 – Belém (PA)
isouzam@hotmail.com

Palavras-chave: Padrão político-ideológico, reforma agrária, espaço rural, marco legal.

O presente artigo evidencia e discute os aspectos e instrumentos implementadores das ações de reforma agrária no Brasil, dentro do viés político e governamental. Foram consideradas essencialmente as bases político-ideológicas observadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luís Inácio Lula da Silva (Lula). Por meio de pesquisas bibliográficas nos documentos *Novo Mundo Rural*, de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e *Vida Digna no Campo*, de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), constatou-se o antagonismo dos modelos político-ideológicos entre os dois períodos, mas que atingem considerável similaridade nas medidas pragmáticas estabelecidas, sobretudo em áreas como a agricultura familiar e política de crédito rural. Os papéis representados por cada um destes governos ora mencionados remete-nos a uma reflexão muito pertinente em tempos de transformação das dinâmicas capitalistas no espaço rural brasileiro: até onde o Estado nação implementou mecanismos de formulação ou a reformulação de uma ideologia que fortalece os interesses do latifúndio tradicional e da nova burguesia agrária e agroindustrial? Que perspectivas no âmbito da reforma agrária podem ser esboçadas a partir destas duas últimas intervenções?

O papel da formação e acompanhamento no fomento do empreendedorismo em meio rural³.

Alberto Baptista e Timothy Koehnen ⁴

Esta comunicação apresenta parte dos resultados de uma avaliação sobre formação realizada em meio rural, no período 2003-2005, na região centro, e evidencia a necessidade de apoio e acompanhamento na fase pós-formação com vista ao reforço do empreendedorismo. A formação profissional visa, essencialmente, aumentar o nível de empregabilidade das pessoas, como assalariados ou por conta própria. Mas tal objectivo é muito difícil de alcançar em meio rural. O modelo de formação implementado nos últimos anos não é ajustado à criação do auto-emprego.

A metodologia aplicada inclui a pesquisa bibliográfica, inquirição a ex-formandos, entrevistas individuais e focus group a actores do território, oficinas de diagnóstico com ex-formandos e visita ao estrangeiro para conhecer práticas de formação e acompanhamento de apoio ao empreendedorismo. No total foram auscultadas 202 pessoas.

O trabalho de campo mostra que a formação, só por si, é insuficiente para a criação do auto-emprego em meio rural, que é um processo moroso e com várias dificuldades: população envelhecida, baixos recursos, contexto económico desfavorável (elevados encargos fiscais e sociais), dificuldades de comercialização, ausência de cultura empreendedora, falta de estruturas de apoio e acompanhamento.

Com vista ao aumento do empreendedorismo em meio rural há que pensar em programas de formação que possam orientar e apoiar os empreendedores desde a fase do desenvolvimento das suas competências e do seu projecto, até à fase de teste e lançamento sustentado da sua actividade. É necessário a criação de um estatuto para o empreendedor de baixos recursos, que lhes permita testar a sua ideia de negócio num ambiente protegido e de ficar isento dos encargos fiscais e da segurança social no início da actividade.

³ Esta comunicação foi extraída do "Estudo para uma formação específica em meio rural: avaliar impactos e construir modelos ajustados" financiado pelo POEFDS, medida 4.2, Acção-tipo 4.2.2.1. Estudos/ investigação". O Estudo resultou de uma parceria entre a UTAD e a Fundação Solidários.

⁴ Alberto Baptista e Timothy Koehnen, membros do Centro de Estudos de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. abaptist@utad.pt e tkoehnen@utad.pt

Integração da componente de Desenvolvimento Rural no PROTAL de 2007 - Análise Crítica na perspectiva da multifuncionalidade.

André Botequilha Leitão (aleitao@ualg.pt)

Prof. Auxiliar – Ordenamento do Território,
Área Departamental de Arquitectura Paisagista
Faculdade de Engenharia de Recursos Naturais
Universidade do Algarve

O objectivo da presente comunicação é efectuar uma análise crítica sobre a integração da componente de Desenvolvimento Rural no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL 2007). Esta será feita segundo dois critérios: (1) multifuncionalidade, e (2) integração das políticas de Desenvolvimento Sustentável, Ambiente, e Ordenamento do Território.

Pretende-se analisar de que modo o PROTAL integra efectivamente os vários sistemas e componentes no seu modelo territorial de modo a assegurar um desenvolvimento rural sustentável, nomeadamente nas áreas do Barrocal e Serra Algarvias. Exemplos destes sistemas são os do Turismo, Ambiental, e Urbanístico.

Pretende-se fornecer alguns contributos para uma melhor gestão do PROTAL, de modo a que este concretize efectivamente os objectivos a que a sua Visão de Desenvolvimento preconiza.

LEADER: do primórdios ao mainstreaming; de um balanço à prospectiva em Portugal

Luís Moreno*

* Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (CEG)
e Faculdade de Letras (FLUL)
Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa
lrmoreno@fl.ul.pt; luis.moreno@ceg.ul.pt

Palavras-chave: Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Rural, Governança.

O trabalho que se apresenta incide numa panorâmica do Programa LEADER, abordando o seu papel, desde 1991, como instrumento de Desenvolvimento Rural e de *mainstreaming* do Desenvolvimento Local (DL) em áreas de baixa densidade. Releva-se a sua função de reanimação, com a criação de novas competências, iniciativas e decisões em meio rural, mas também, graças a metodologias indutoras de uma nova governança, a credibilização de uma filosofia que trouxe outros apoios à territorialização do desenvolvimento.

Uma análise da tipologia de projectos permite-nos mostrar grandes padrões de diferenciação regional quanto à incidência dos mesmos, com relevo para vincadas diferenças Norte-Sul, aspecto também traduzido por certos indicadores, o que remete para reflexões em torno da diferenciada qualidade da promoção do DL.

Em qualquer caso, apesar da relativa disseminação de uma mediação qualificada e mobilizadora da (in)formação e dos saberes, não deixou de se verificar uma progressiva funcionalização e burocratização dos Grupos de Acção Local e um estreitamento diferencial das perspectivas de intervenção.

Os anos vindouros levam-nos a enquadrar a herança do Programa no Eixo IV do Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural / FEADER, na forma da chamada “Abordagem Leader”. O planeamento efectuado deixou transparecer a difícil compatibilização entre certas recomendações da Equipa de Avaliação do LEADER+ para o período 2007-2013 e o reconhecimento das necessidades por parte de diversos actores e representantes de interesses “do meio rural”. Não obstante, as normas definidas vieram a traduzir condições de compromisso entre as perspectivas mais tecnocráticas de funcionalidade e eficiência e as que emanaram da sensibilidade e experiência dos actores com representação e trabalho de valorização territorial.

Liberalização versus protecção: elementos para compreender o que está em jogo nas negociações da Organização Mundial do Comércio

Manuel Belo Moreira
ISA-UTL

As formas de protecção comercial aos produtos agrícolas e alimentares (tarifas, subsídios e outras formas de protecção como as designadas por barreiras não tarifárias) constituem uma das mais disputadas arenas de confronto das relações internacionais nesta fase da globalização. O tema é importante não só pela particular importância que assume nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo papel que, reconhecidamente, é entendido como relevante para o desenvolvimento dos países pobres (Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005), mas também pelo impacto que pode ter no futuro das comunidades rurais do mundo desenvolvido.

Nestas circunstâncias é importante que todos os interessados tenham presente o que verdadeiramente está em causa nessas negociações, mesmo se as percepções sobre os seus resultados não sejam idênticas. Importa portanto clarificar o real significado da enorme panóplia das formas de protecção segundo as mais relevantes visões sobre a matéria.

O objectivo do texto é o de ajudar a essa clarificação através da perspectiva da economia política. Não tendo a pretensão de conseguir um tratamento e compreensão exaustivas, o texto procura abordar, ainda que brevemente, os aspectos que nos parecem mais relevantes nessas negociações. Em consequência o texto vai centrar-se na compreensão da racionalidade das políticas que directa ou indirectamente constituem formas de protecção da produção agrícola e agro-alimentar. Uma clara percepção dessa racionalidade constitui a condição necessária para desenvolver a abordagem na perspectiva da economia política, mas também para compreender as dificuldades de aplicação da agenda liberalizadora da OMC que se vem afirmando como um dos mais relevantes aspectos do processo da globalização, ajudando a compreender os seus avanços e recuos desde o falhanço da cimeira de Seattle de 1999.

Municípios e Desenvolvimento Local em regiões de baixa densidade

Ricardo Silva
ricardosilva@drupal.min-agricultura.pt

1. Os territórios de baixa densidade

O processo de desenvolvimento local/rural em regiões de baixa densidade confronta-se com um problema adicional, quando comparado com outras regiões, decorrente do reduzido número de actores locais em condições de impulsionarem esse processo. Quando falamos de regiões de baixa densidade não estamos a falar, apenas, de territórios que apresentam baixa densidade demográfica. Estamos a falar de territórios onde, para além da falta de pessoas se verificam, cumulativamente, baixas densidades em muitas outras dimensões:

- há poucos promotores
- há poucas pessoas com formação
- há um tecido empresarial débil ou mesmo ausente;
- não há gabinetes técnicos de apoio;
- não há associações empresariais
- não há de centros de conhecimento
- a capacidade de atracção de investimento externo ao território é muito baixa ou nula

Por outro lado, quando falamos na animação e dinamização das economias locais/rurais estamos a pensar no aparecimento de iniciativas de natureza empresarial (micro e pequenas empresas)

- empresas agrícolas
- empresas agro-alimentares (adegas, queijarias, salsicharias, melarias, unidades de produção de doces / compotas, etc.
- empresas industriais
- empresas de serviços (turismo, restauração e alojamento, gabinetes técnicos, etc.)

2. A ineficácia das políticas territorialistas

A melhoria das condições de vida da população, ao longo dos últimos 30 anos, é patente mas, é igualmente patente a ineficácia das políticas “territorialistas”, (satisfação das necessidades básicas), quer por estas tenderem a descurar a componente empresarial e institucional da dinâmica de governância, quer pelo reduzido efeito indutor dos investimentos em que se focaliza.

3. Experiências focalizadas noutras dimensões do desenvolvimento

Alguns municípios com características muito específicas e importante riqueza do ponto de vista patrimonial elegeram esse potencial como instrumento de partida para o desenvolvimento dos seus territórios. Mértola é um desses exemplos. O município de Mértola e o Campo Arqueológico têm desenvolvido um trabalho de grande qualidade e projectaram “Mértola Vila Museu” no país e no estrangeiro. Apesar da qualidade do trabalho, do espólio descoberto, tratado e salvaguardado, do reconhecimento nacional e internacional do trabalho realizado, a população residente entre 1990 e 2000 registou um crescimento negativo próximo dos 11%. Isto significa que a opção de investir no património foi incorrecta? Não, significa que a aposta no património, na cultura, no desporto, na melhoria das condições de vida são importantes mas, só por si, insuficientes. É necessário, paralelamente, apostar nas questões do desenvolvimento económico, no seu sentido mais restrito de criação de

empresas, de empregos e de riqueza que permitam fixar as pessoas ao território. Se a aposta no sector produtivo for acompanhada pela promoção do desenvolvimento cultural e social então o impacto daquele será muito mais eficaz e sustentável.

4. Os factores críticos da iniciativa empresarial

Existe um conjunto de factores que pode estimular ou inibir, em maior ou menor grau, a emergência e sucesso de iniciativas de natureza empresarial. Alguns deles são de natureza pessoal (espírito de iniciativa, desejo de autonomia, sensibilidade para os negócios, etc) mas, outros são determinados pelo contexto, pelo ambiente (económico, institucional, social) em que nos movimentamos e na qual desenvolvemos a nossa actividade.

Podemos identificar 3 factores críticos fundamentais:

1. Que existam promotores – esta é uma condição fundamental. Sem promotores não há iniciativas;
2. Que surja uma ideia de projecto, uma oportunidade de negócio que seja identificada;
3. Que exista um ambiente (milieu), uma atmosfera favorável à actividade empresarial.

Estas são 3 condições fundamentais para estimular o empreendedorismo e fomentar a emergência de novas empresas e negócios. A ausência de qualquer delas ou a sua presença deficiente/insuficiente põe em causa qualquer iniciativa.

Se não estiverem reunidas estas condições não há animação nem dinamização das economias locais.

Em regiões de baixa densidade, de que forma é que podemos contribuir para criar aquelas condições e quem é que está em melhores condições para o fazer?

5. Uma atmosfera que provoque e estimule a iniciativa

“A promoção do espírito de empresa de um local é muitas vezes o elemento chave das estratégias de desenvolvimento local” (Mário Polése)

É preciso criar uma cultura empreendedora, estimular os que têm mais iniciativa, densificar as relações com intencionalidade económica, fomentar a cooperação e a parceria entre os agentes, criar o ambiente, a atmosfera favorável aos negócios e à emergência de novas iniciativas.

E quem, a nível local, mais pode contribuir para criar esse ambiente, essa atmosfera?

6. Da administração autárquica à governação local

Nas regiões de baixa densidade os Municípios são as entidades locais que estão em melhores condições para reunir e mobilizar os actores locais e para dar um contributo determinante para a criação de uma atmosfera favorável à emergência de novas iniciativas e novos projectos e à dinamização das economias locais. Como é que pode criar essa atmosfera / ambiente? Mudando de paradigma, adoptando uma estratégia e apostando nos cinco objectivos estratégicos seguintes:

4. Sistema institucional ousado / governo local em vez de administração autárquica
5. Infraestruturas físicas de apoio à actividade empresarial
6. Empreendedorismo / espírito empresarial
7. Infraestruturas e serviços de apoio imaterial às empresas
8. Sistemas de financiamento adequado

Determinantes da procura do ensino superior agrário nas regiões periféricas

Maria Isabel Barreiro Ribeiro*
xilote@ipb.pt

António José Gonçalves Fernandes*
toze@ipb.pt

* Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária
Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural

A identificação de factores determinantes na decisão de escolha do ensino superior agrário nas regiões periféricas é o tema central desta comunicação. Os dados foram recolhidos com recurso à aplicação de um inquérito ao universo dos alunos que se inscreveram, pela primeira vez, no ano lectivo de 2003/2004, em cursos leccionados nas instituições vocacionadas para o ensino das ciências agrárias.

Através de uma análise descritiva dos dados propõe-se traçar o perfil dos inquiridos. Posteriormente, recorrendo à análise bivariada, utilizando testes paramétricos e não paramétricos, pretende-se identificar as variáveis que apresentem associações ou correlações, estatisticamente, significativas com a escolha das instituições localizadas nas zonas periféricas. Finalmente, recorre-se à estimação de uma regressão logística para identificar os factores que determinam a escolha destas instituições.

Palavras-Chave: Escolha educacional, Ciências agrárias, Regiões periféricas, Regressão logística.

A Eficácia das Unidades Orgânicas de Ensino Superior Agrário: o caso português.

António José Gonçalves Fernandes (toze@ipb.pt) *
Maria Isabel Barreiro Ribeiro (xilote@ipb.pt) *

* Instituto Politécnico de Bragança - Escola Superior Agrária
Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural

As instituições portuguesas com ensino superior agrário encontram-se dispersas por todo o território nacional. Com esta distribuição geográfica pretendeu-se imprimir uma nova dinâmica aos territórios nos quais foram implantadas. Mas, coloca-se a questão: será que as unidades orgânicas responsáveis pelo ensino superior das ciências agrárias têm vindo a cumprir a sua missão com eficácia? Esta comunicação visa responder a esta questão. Para isso, apresentam-se os resultados da avaliação da eficácia organizacional destas unidades orgânicas com recurso a 63 indicadores que permitem avaliar 3 domínios de eficácia, nomeadamente, o domínio académico, o domínio da motivação e o domínio da adaptação externa. Durante o ano de 2005 procedeu-se à recolha dos dados que consistiu na administração de um inquérito por correio electrónico a todos os gestores das unidades orgânicas.

Os resultados mostraram que os níveis de eficácia nos diferentes domínios são, globalmente, aceitáveis. No domínio académico e no domínio da motivação, as unidades orgânicas do ensino universitário (faculdades/áreas departamentais) mostraram ser mais eficazes do que as unidades orgânicas do ensino politécnico (escolas superiores agrárias), sendo as diferenças, estatisticamente, significativas. Pelo contrário, no domínio da adaptação externa, as escolas superiores agrárias são mais eficazes do que as faculdades/áreas departamentais sendo as medianas, estatisticamente, diferentes. Pelo exposto, pode-se dizer que as unidades orgânicas universitárias estão mais viradas para dentro enquanto que as politécnicas estão orientadas para o exterior. De alguma forma, este facto pode ser explicado pela natureza dos subsistemas de ensino superior nos quais estas unidades orgânicas estão integradas. Igualmente, pode-se afirmar que estas unidades orgânicas poderão vir a contribuir, de forma ainda mais activa, para a dinâmica dos territórios. Para isso, não deverão perder de vista aquele que deve continuar a ser o seu principal objectivo – a procura da excelência.

Palavras-chave: Eficácia organizacional, ensino superior, ciências agrárias, gestão pública.